

Moratória volta em janeiro se não houver acordo final

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

"Sem avanço não faremos acordo final, e eles deverão entender que será o confronto. Nós queremos negociar honestamente e de boa fé, mas é preciso que haja concessões das duas partes", afirmou ontem o ministro Bresser Pereira sobre o futuro das negociações entre o governo brasileiro e os bancos credores, depois de encontrarse com o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães.

Bresser reconheceu — para os peemedebistas e para os jornalistas — que houve uma "suspensão temporária da moratória por três meses", condicionada a um acordo sobre o refinanciamento dos juros que vencem a partir de primeiro de janeiro. "Caso não tenhamos fechado esse acordo até janeiro, volta a moratória."

O ministro defendeu a realização do acordo com o FMI previsto no entendimento preliminar com os bancos, fechado na semana passada. "É necessário nos acertamos com o FMI, para

haver a reintegração do Brasil ao sistema financeiro internacional." Mas voltou a esclarecer que o governo brasileiro só concorda com a ida ao FMI se os desembolsos dos novos empréstimos dos bancos forem desvinculados do eventual "atingimento" das metas estabelecidas no acordo com o Fundo. "Isso nós já conseguimos, por isso digo que o acordo foi uma vitória."

Os avanços que o ministro da Fazenda quer obter dos bancos credores são basicamente condições melhores de que as conseguidas pelo México e pela Argentina, em seus últimos entendimentos, que foram monitorados pelo FMI. "Não queremos tomar uma posição unilateral, tentaremos de toda forma evitar isso. Mas está claro para os credores, eu espero, que só teremos negociações com avanços."

Além da desvinculação do FMI, o ministro espera fixar um teto para os juros, fazer um acordo por três anos, e receber apoio para a conversão voluntária de parte da dívida em títulos de prazo maior — a chamada "securitização".